

INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do modelo atual. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os sucessivos adiamentos, conduziram a um atraso na sua implementação.

Desta forma o ano de 2020, é o ano de transição e arranque do SNC-AP, com muitas dificuldades associadas, no que concerne à integração entre as Softwarehouses e a própria DGAL, com sucessivas alterações e atualizações ao longo do ano, continuando as Câmaras Municipais a reportar informação para a DGAL através de duas plataformas SIAL e SISAL, interligadas entre si, que conduziu a atrasos significativos no envio dos mapas e validação dos mesmos.

No entanto e com todas estas dificuldades, o novo sistema contabilístico foi implementado no ano de 2020, tendo-se consolidado o envio dos mapas para a DGAL durante o ano de 2021.

O presente Relatório de Gestão, e com os restantes documentos da prestação de contas, pretende reportar a situação económica e financeira do Município de Melgaço, a 31 de dezembro de 2025 espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, respondendo às questões dos munícipes.

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, e daí grandes alterações essencialmente na visão financeira das contas públicas em relação ao normativo anterior.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das

atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão, tendo sido o ano de 2022 o ano de arranque da implementação da contabilidade de gestão.

Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Posto isto, o presente relatório analisa a execução do orçamento no ano de 2025, bem com o a situação económico-financeira, apresentando as demonstrações financeiras e os seus anexos.

Para uma melhor perceção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

A finalizar, informa-se que o Relatório e Conta de Gerência do Município de Melgaço, relativos ao ano económico de 2025, são submetidos à aprovação pela Câmara Municipal e posteriormente remetidos à Assembleia Municipal de Melgaço para apreciação e votação na sessão ordinária do mês de abril e, ainda, enviados ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea i) e ww), na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, e na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, no artigo 27.º, n.º 2, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o vertido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

No exercício económico de 2025, a execução da receita representou uma diminuição e relação a 2024 de cerca de 5,5 milhões de euros com um montante total de 21.910.293,17€, situou-se nos 70,13% de execução, tendo atingido 86,43 % na receita corrente e de 43,54% na receita de capital.

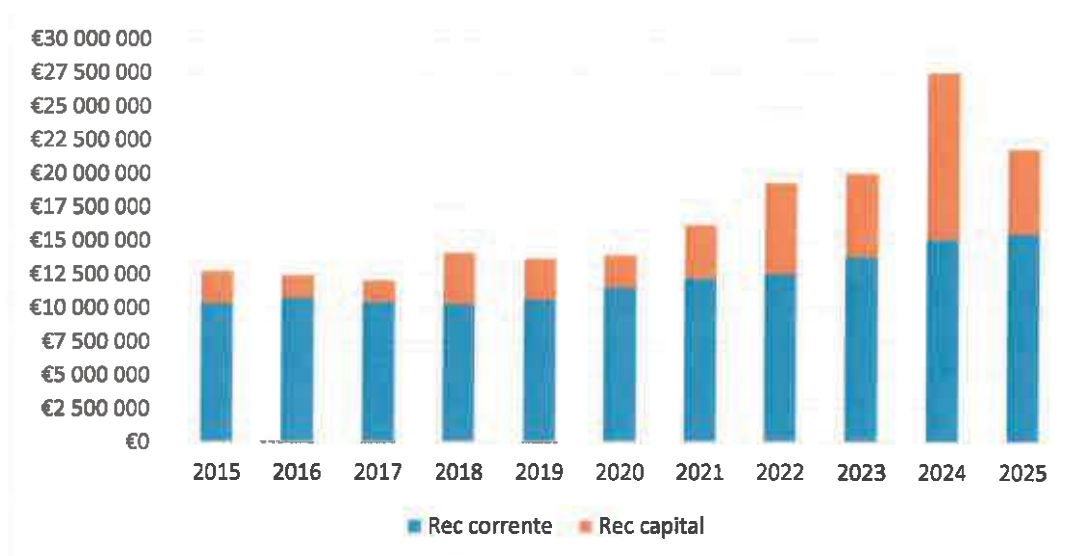


Gráfico n.º 1 – Evolução da Receita cobrada de 2015 a 2025

Execução Orçamental da Receita por capítulos:

	2025	% Total	2024	% Total
01 - Impostos Directos Correntes	1 758 311,17 €	8,03%	2 007 086,99 €	7,27%
02 - Impostos Indirectos	- €	0,00%	- €	0,00%
04 - Taxas, Multas e O. Penalidades	155 226,66 €	0,71%	135 145,65 €	0,49%
05 - Rendimentos de Propriedade	1 577 031,47 €	7,20%	1 216 906,05 €	4,41%
06 - Transferências Correntes	10 047 457,86 €	45,86%	9 694 286,53 €	35,13%
07 - Vendas de Bens Serviços	1 976 938,40 €	9,02%	1 987 299,49 €	7,20%
08 - Outras Receitas Correntes	35 187,68 €	0,16%	67 517,07 €	0,24%
09 - Venda de Bens de Investimento	51 619,75 €	0,24%	114 550,35 €	0,42%
10 - Transferência de Capital	4 514 039,34 €	20,60%	11 285 955,07 €	40,90%
11 - Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
12 - Passivos Financeiros	650 000,00 €	2,97%	1 013 039,91 €	3,67%
13 - Outras Receitas de Capital	118 525,28 €	0,54%	- €	0,00%
15 - Reposiç. não Abatidas Pagament.	34 879,90 €	0,16%	26 820,34 €	0,10%
16 - Saldo da Gerência Anterior	991 075,66 €	4,52%	47 147,87 €	0,17%
TOTAL	21 910 293,17 €		27 595 755,32 €	

As transferências do Orçamento de Estado constituem uma grande componente da receita municipal com um peso no ano de 2025 de 30,57% da receita total.

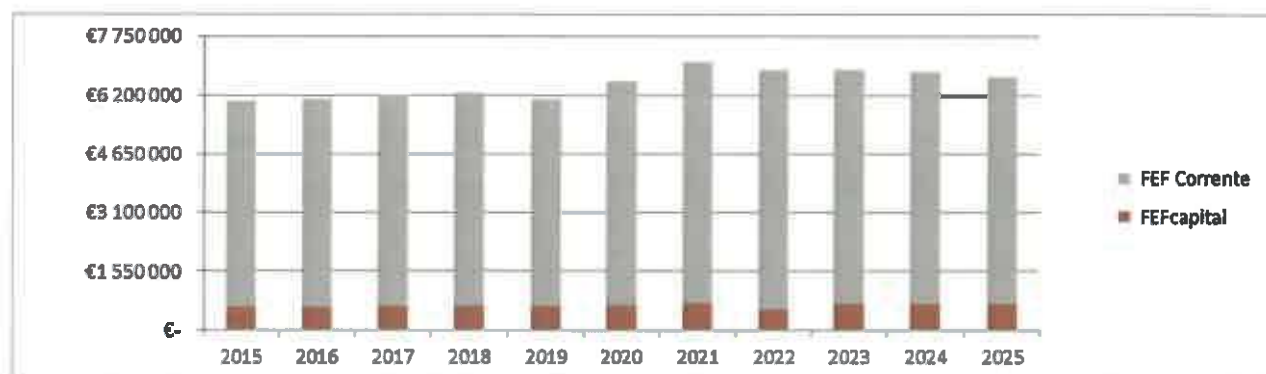


Gráfico n.º 2 – Evolução das Transferências do OE de 2015 a 2025

A receita proveniente da comparticipação de projetos financiados por Fundos Comunitários encontra-se evidenciada no mapa abaixo. Traduz a continuidade da execução dos projetos financiados, nomeadamente no âmbito do PRR e Portugal2030. Em 2024 houve um aumento considerável, fruto da aprovação da candidatura ao PRR das Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, tendo o ano de 2025 assumido valores próximos de 2023.

	Fundos Comunitarios	Receita Total	% receita total
2015	751 180,87 €	12 776 131,98 €	5,88%
2016	978 312,92 €	12 437 190,00 €	7,87%
2017	972 133,13 €	12 079 157,80 €	8,05%
2018	2 358 832,64 €	14 469 360,97 €	16,30%
2019	1 285 310,20 €	13 757 670,19 €	9,34%
2020	790 297,41 €	14 028 298,55 €	5,63%
2021	1 506 471,09 €	27 595 755,32 €	5,46%
2022	2 723 652,11 €	19 355 395,60 €	14,07%
2023	2 402 890,06 €	20 800 454,32 €	11,55%
2024	9 344 700,13 €	27 595 755,32 €	33,86%
2025	2 437 375,76 €	21 910 293,17 €	11,12%

Em 2025 a execução da receita teve uma diminuição em comparação com o ano anterior, essencialmente provocada pela diminuição das receitas de capital associadas a fundos comunitários, no entanto, ao nível da receita corrente verificou-se um aumento face ao ano transato, resultando da conjugação dos seguintes fatores:

- i) Ligeira diminuição dos impostos municipais, cuja rubrica representa 8,03 % da receita total e 11,31% da receita corrente;

	IMI	Taxa IMI	IMT	IUC	Total
2015	1 033 999,66 €	0,32%	87 171,40 €	198 274,81 €	1 319 445,87 €
2016	1 337 134,96 €	0,32%	116 362,65 €	195 951,05 €	1 649 448,66 €
2017	1 068 184,48 €	0,32%	107 997,96 €	197 755,33 €	1 373 937,77 €
2018	697 422,88 €	0,32%	120 813,92 €	209 009,41 €	1 027 246,21 €
2019	888 331,16 €	0,32%	201 668,03 €	212 918,27 €	1 302 917,46 €
2020	1 005 774,41 €	0,32%	167 701,17 €	106 608,06 €	1 280 083,64 €
2021	1 062 119,72 €	0,32%	127 237,75 €	201 627,01 €	1 390 984,48 €
2022	1 045 619,98 €	0,32%	228 637,11 €	228 572,28 €	1 502 829,37 €
2023	1 542 040,47 €	0,32%	243 643,64 €	238 672,59 €	2 024 356,70 €
2024	1 505 833,87 €	0,32%	248 863,85 €	252 389,27 €	2 007 086,99 €
2025	1 197 285,17 €	0,32%	295 534,67 €	265 491,33 €	1 758 311,17 €

Tabela n.º 01 – Evolução da cobrança de Impostos Municipais de 2015 a 2025

- ii) Aumento dos rendimentos de propriedade, face a 2024, fruto do aumento do valor da renda de concessão da EDP, embora se note uma diminuição do valor da renda das eólicas, referente ao valor da renda de 2,5% da faturação do Parque Eólico do Alto Minho (Renda das Eólicas);

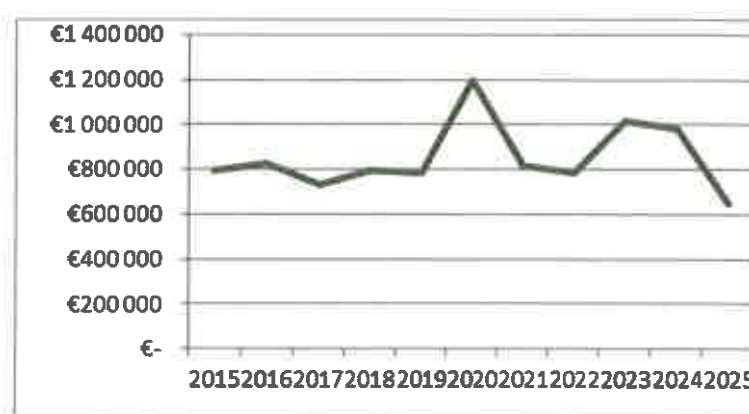


Gráfico n.º 3 – Evolução da Renda das Eólicas de 2015 a 2025

- iii) Aumento das transferências do Orçamento de Estado;

	2025	2024
FEF Corrente	6 030 914,78 €	6 143 375,22 €
Fundo Social Municipa	167 082,00 €	149 417,00 €
Participação Fixa no IR	275 078,00 €	273 976,00 €
Participação no IVA	49 135,00 €	100 707,75 €
Fundo Financiamento	1 208 535,00 €	1 224 500,00 €
Transf. Corrente Art. 3	1 729 061,00 €	1 117 256,47 €
FEF de Capital	668 018,00 €	678 911,00 €
Transf. Capital Art. 35.	1 729 061,00 €	1 117 256,47 €
Total	11 856 884,78 €	10 805 399,91 €

iv) Ligeira diminuição das receitas provenientes da cobrança de tarifas no sector do Abastecimento de água, Saneamento e Resíduos:

	Abast. Água	Saneamento	Resíduos sólidos
2015	346 139,64 €	282 136,94 €	250 475,16 €
2016	326 867,80 €	299 775,63 €	235 435,62 €
2017	377 144,64 €	357 973,87 €	236 292,58 €
2018	357 401,66 €	366 106,59 €	232 352,27 €
2019	435 263,80 €	515 955,62 €	269 844,75 €
2020	424 864,75 €	489 537,63 €	216 499,17 €
2021	436 599,87 €	560 091,37 €	231 276,45 €
2022	475 128,99 €	607 252,07 €	294 217,40 €
2023	492 031,25 €	638 408,17 €	334 874,07 €
2024	546 616,01 €	621 371,72 €	465 556,34 €
2025	542 990,07 €	618 464,80 €	458 013,42 €

Tabela n.º 02 – Evolução da cobrança de tarifas de 2015 a 2025

Evolução de Indicadores 2015-2025

Indicadores de Estrutura da Receita	2016	2018	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Propria / Receita Total	19,54%	20,08%	19,56%	17,79%	20,01%	21,57%	16,96%	14,53%	16,81%	12,44%	17,70%
Impostos Directos / Receita total	10,33%	13,28%	10,74%	7,10%	9,47%	9,16%	8,62%	7,69%	9,73%	7,27%	8,03%
Fundo Municipal(Correntes + Capital) / Receita Total	50,22%	51,97%	51,20%	45,96%	50,44%	54,84%	50,73%	42,86%	44,74%	39,22%	54,32%
Receitas correntes / Receitas totais	81,16%	86,34%	81,54%	71,33%	77,03%	82,55%	74,69%	63,50%	66,50%	54,76%	70,97%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,96%	3,12%	2,04%	1,13%	2,45%
Transferências do Exterior(Correntes+Capital)/Receita total	4,47%	13,86%	12,69%	22,02%	14,86%	12,42%	16,10%	22,35%	13,74%	36,61%	12,14%
Fundo Comunitários / Receitas Totais	5,79%	7,87%	8,05%	16,30%	9,34%	6,03%	8,78%	13,76%	11,55%	34,33%	9,86%

DESPESA

A execução da despesa no exercício de 2025, no valor de 21.572.072,38€ ascendeu a uma taxa de execução de 69,05% como se verifica no seguinte gráfico:

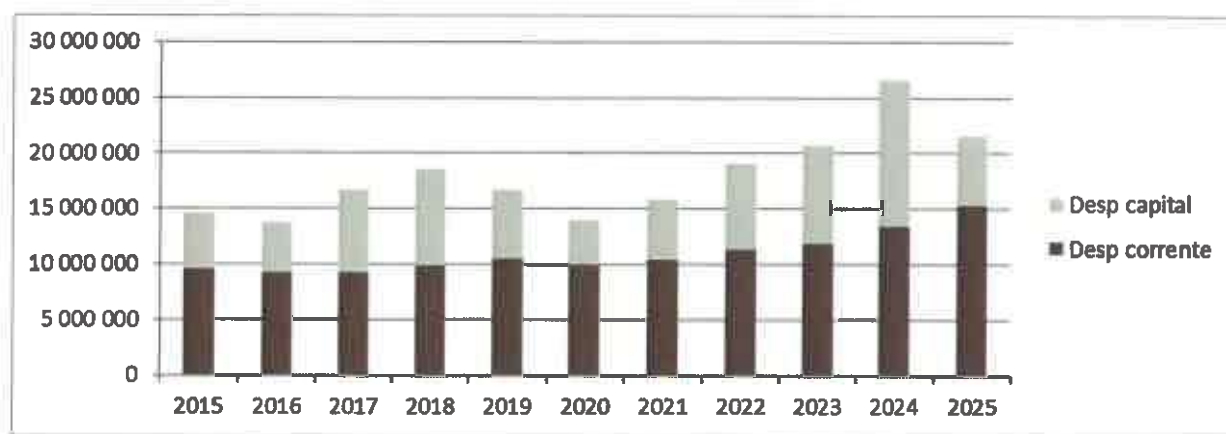


Gráfico n.º 4 - Evolução da despesa de 2015 a 2025

Execução Orçamental da Despesa por capítulos:

Despesas pagas	2025	% Total	2024	% Total
01 - Despesas com o pessoal	7 076 345,10 €	32,80%	6 672 526,43 €	25,08%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	5 519 988,68 €	25,59%	4 465 407,66 €	16,78%
03 - Juros e Outros Encargos	224 309,42 €	1,04%	303 443,37 €	1,14%
04 - Transferências correntes	1 595 610,80 €	7,40%	1 284 748,93 €	4,83%
05 - Subsídios	867 384,93 €	4,02%	667 800,00 €	2,51%
06 - Outras despesas correntes	79 831,07 €	0,37%	90 434,93 €	0,34%
07 - Aquisição de Bens de Capital	4 262 872,49 €	19,76%	11 476 403,00 €	43,14%
08 - Transferência de Capital	759 484,20 €	3,52%	392 477,39 €	1,48%
09 - Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
10 - Passivos Financeiros	1 186 245,69 €	5,50%	1 243 937,35 €	4,68%
11 - Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	7 500,00 €	0,03%
TOTAL	21 572 072,38 €	100,00%	26 604 679,06 €	100,00%

A evolução das despesas com o pessoal tem uma correlação, não só com o número de trabalhadores, as aposentações verificadas e o seu índice salarial, mas também, com as normas fixadas pelos sucessivos Orçamentos de Estado. De notar que o aumento das despesas de pessoal no ano de 2025 deve-se essencialmente ao pagamento das atualizações de posições remuneratórias e aumento do salário mínimo

nacional, bem como das adequações efetuadas aos serviços. De notar que houve uma diminuição em termos do quadro de pessoal de 1 funcionário, passando para 286 funcionários a 31-12-2025.

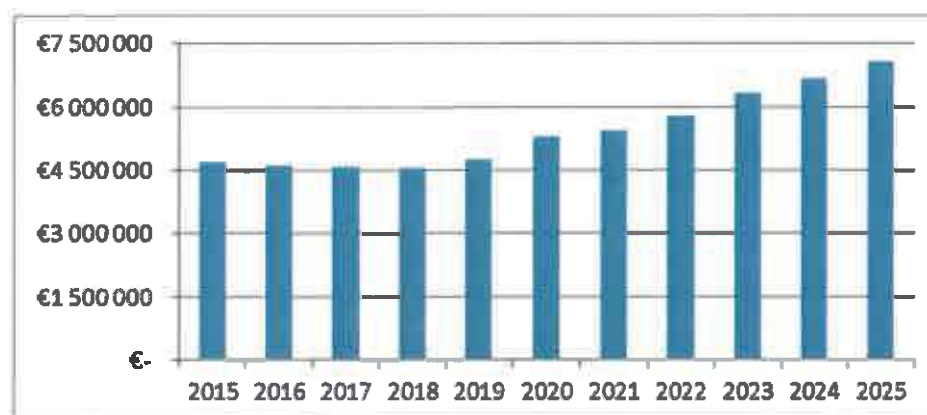


Gráfico n.º 5 - Evolução das despesas de pessoal de 2015 a 2025

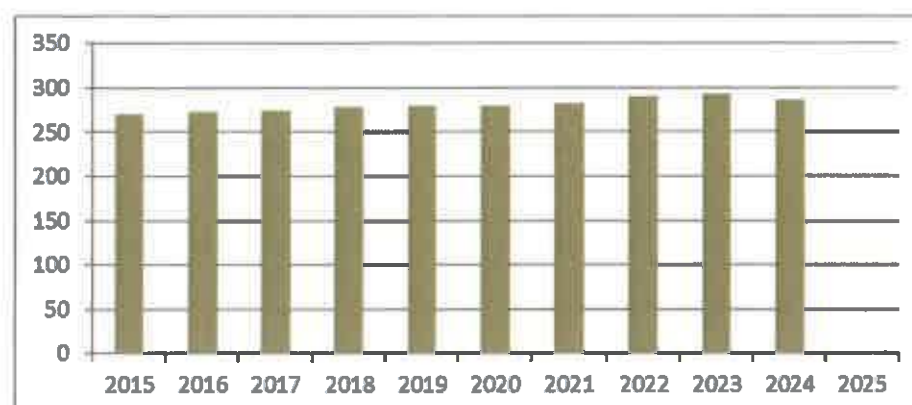


Gráfico n.º 6 - Evolução do nº de Trabalhadores de 2015 a 2025

	Caracterização dos Trabalhadores por Cargo/Carreira						Total
	Dirigentes Intermediários	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Outros (AEC, etc)	
2014	3	34	54	164	5	21	281
2015	3	35	54	157	5	16	270
2016	4	34	55	161	5	14	273
2017	4	33	52	164	5	16	274
2018	4	34	76	150	5	7	276
2019	4	38	70	155	5	8	280
2020	4	42	68	154	5	7	280
2021	10	39	66	150	5	12	282
2022	9	44	69	153	5	10	290
2023	9	45	70	153	5	11	293
2024	9	47	68	149	5	9	287
2025	9	52	69	146	5	5	286

No total de trabalhadores a 31/12/2025 estão incluídos para o setor da Educação:

Professores AEC	5
Pessoal Educação	48
Total	53

O investimento municipal traduz-se na rubrica orçamental de aquisição de bens de capital, apresentando-se abaixo a decomposição por sub-rúbricas no primeiro gráfico para os compromissos assumidos e no segundo gráfico par as despesas pagas, cuja discriminação detalhada se pode consultar no mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e que reflete o maior investimento nas rubricas de bens de captação e distribuição de água, de viação rural, viadutos, arruamentos e obras complementares, outras construções, instalações de serviços e habitações:

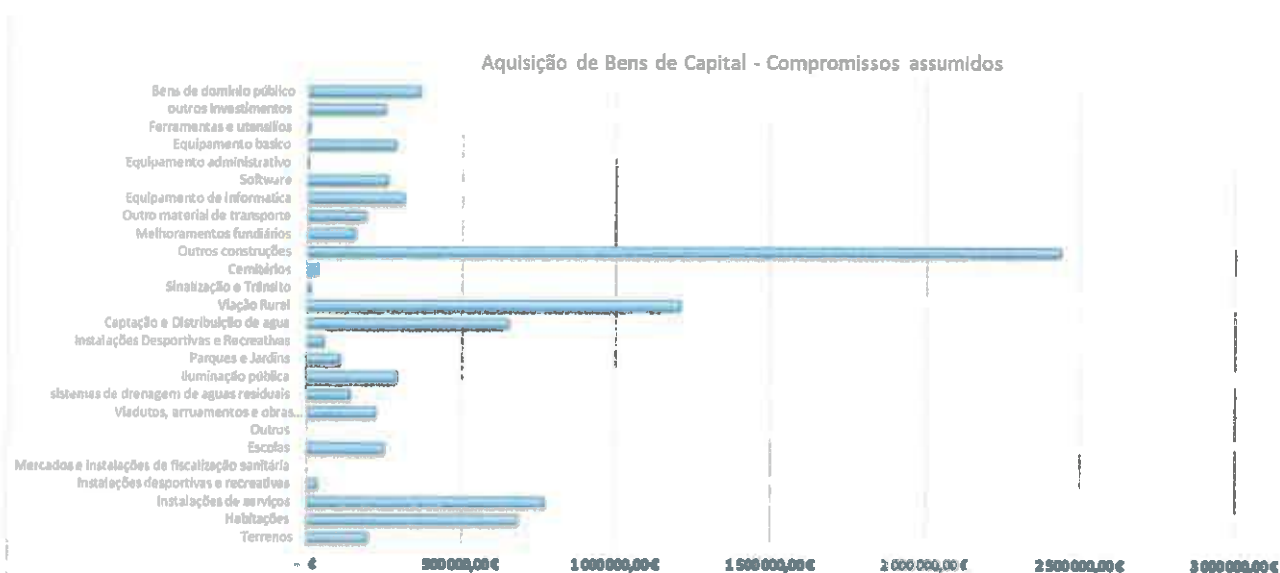


Gráfico n.º 7 – Aquisição de Bens de Capital – Compromissos assumidos

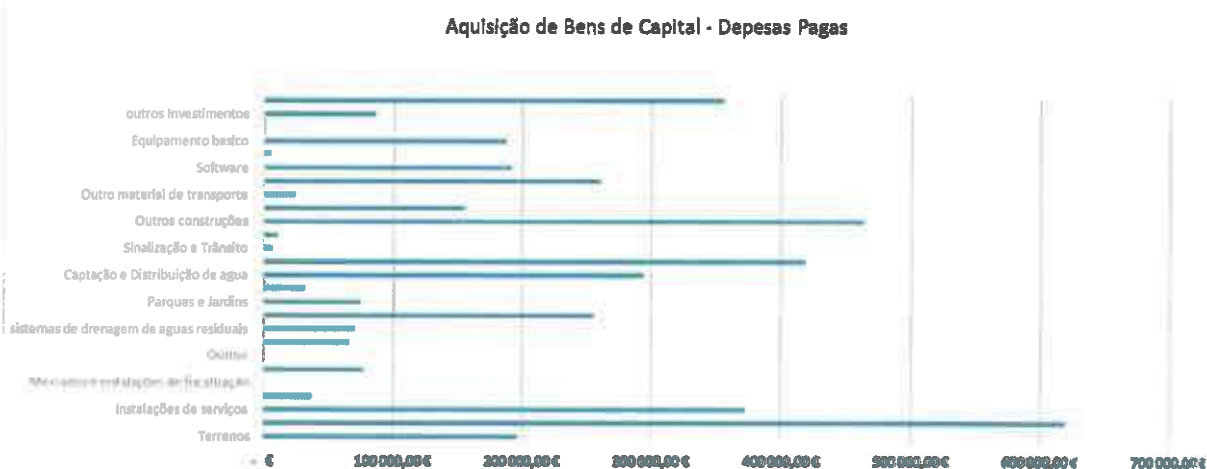


Gráfico n.º 8 – Aquisição de Bens de Capital – Despesas Pagas

Aquisição de bens e serviços

As medidas levadas a cabo já no ano de 2013 de racionalização de despesa corrente, em diversas rubricas orçamentais, e igualmente prosseguidas nos anos subsequentes, revelaram-se frutíferas sem condicionar o normal funcionamento dos serviços municipais, contudo, verificou-se no ano de 2025 um aumento em relação ao ano de 2024 na ordem de 23,62%, tendo se situado a despesa com aquisição de bens e serviços 5.519.988,68€.

Para melhor informação apresenta-se de seguida uma análise às despesas efetuadas e receitas no Sector Educação, pela aceitação da transferência de competências neste sector, por força do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Assim, no ano de 2025 as despesas ascenderam a 1.478.306,78€. Este valor reflete despesas de dois anos letivos, ou seja, do ano letivo de 2024/2025 (com despesas de janeiro a julho de 2025) e do ano letivo de 2025/2026 (com despesas de setembro a dezembro de 2025). As receitas no âmbito do Fundo de Financiamento de Descentralização, acrescidas do Fundo Social Municipal ascendem a 1.218.663,00€, provocando um défice de 259.643,78€.

As rubricas encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Despesas - Educação	Valor
Despesas pessoal	878 272,37 €
Alimentação	155 050,54 €
Transportes Escolares	212 056,05 €
Escola a tempo inteiro	66 256,95 €
Encargos das instalações e conservação	166 670,87 €
TOTAL	1 478 306,78 €

A receita arrecadada em 2025 traduz-se na tabela abaixo:

Receltas -Educação	Valor
Assistentes Operacionais	875 229,00 €
Apoios Alimentares	20 033,00 €
Escola a tempo inteiro e outros	44 739,00 €
Encargos das instalações e conservação	111 580,00 €
TOTAL FFD	1 051 581,00 €
FSM	167 082,00
TOTAL Receitas Educação	1 218 663,00 €

Evolução de indicadores da Despesa 2015-2025:

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receta total / Despesa Total	87,43%	90,33%	76,64%	78,03%	82,61%	72,68%	79,26%	61,71%	79,69%	90,03%	105,89%
	(Receta Total-Passivos Financeiros) / Despesa Total	87,43%	90,33%	76,64%	78,03%	82,61%	72,68%	76,11%	79,17%	78,07%	89,01%	103,30%
	Despesa de Pessoal / Despesa Total	32,20%	33,46%	27,44%	24,52%	28,59%	27,54%	26,39%	23,63%	24,21%	21,77%	34,18%
Estrutura da Despesa	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Despesa total	26,27%	26,72%	22,97%	23,76%	20,22%	17,56%	18,31%	17,47%	14,29%	14,57%	26,68%
	Serviço divida/ Despesa Total	7,78%	7,79%	5,92%	5,41%	6,35%	5,47%	3,91%	2,76%	2,13%	2,40%	3,98%
	Aquisição de Bens de Investimento / Despesa total	23,72%	19,84%	33,96%	38,05%	20,28%	11,87%	17,66%	26,01%	26,01%	37,44%	20,60%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pelos Fundos Municipais	Despesas de Pessoal / Fundos Municipais	73,35%	71,28%	69,80%	68,38%	68,69%	69,08%	66,69%	68,03%	67,80%	61,66%	59,42%
	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Fundos Municipal	59,84%	56,93%	58,43%	68,26%	48,58%	44,05%	45,55%	49,87%	40,09%	41,26%	46,38%
	Serviço da Dívida / Fundos Municipais Correntes	17,71%	16,61%	15,07%	15,08%	15,25%	13,72%	9,49%	7,88%	5,98%	6,80%	6,92%

REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

No art.º 40º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, é estipulado que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O n.º 3 do referido artigo 40.º da RFALEI, diz que “O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 /prct. das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.”

O cálculo das amortizações médias, resulta da divisão do capital em dívida do empréstimo pelo número de anos remanescentes. Em 2025 o valor das amortizações médias é de 557.441,27€.

Assim sendo, apresentam-se os cálculos agregados para a aferição do equilíbrio orçamental na execução orçamental do ano económico de 2025, o qual se apresenta negativo, no entanto, cumpre com o requisito estipulado no n.º 3 do artigo 40.º da RFALEI, uma vez que o valor resultante para o cálculo do equilíbrio corrente é negativo em 2% das receitas correntes totais:

	2025
Receita corrente cobrada bruta	15 572 464,85 €
amortizações médias	557 441,27 €
Limite	15 015 023,58 €
despesa corrente paga	15 363 470,00 €
Diferença	- 348 446,42 €

ENDIVIDAMENTO

No final de 2025, o saldo de empréstimos de médio e longo prazo era de 5.090.330,70€, conforme se pode analisar detalhadamente no mapa de empréstimos da gerência.

A diminuição da dívida de passivos financeiros é considerável tendo-se consolidado desde 2010, com a exceção de no ano de 2013 por ter sido contratado o empréstimo PAEL, no entanto teve algum aumento com a utilização do Empréstimo IFRRU integralmente utilizado para a Requalificação das Piscinas Municipais, bem como do empréstimo BEI para financiar a contrapartida nacional da obra da Zona Empresarial de Alvaredo, já contratados em 2022 e em 2023 o Empréstimo para a contrapartida nacional dos projetos cofinanciados na parte da despesa não elegível, para fazer face essencialmente às Revisões de Preços que forma objeto as grandes obras executadas nos anos de 2022 e 2023, conforme se constata no seguinte gráfico:

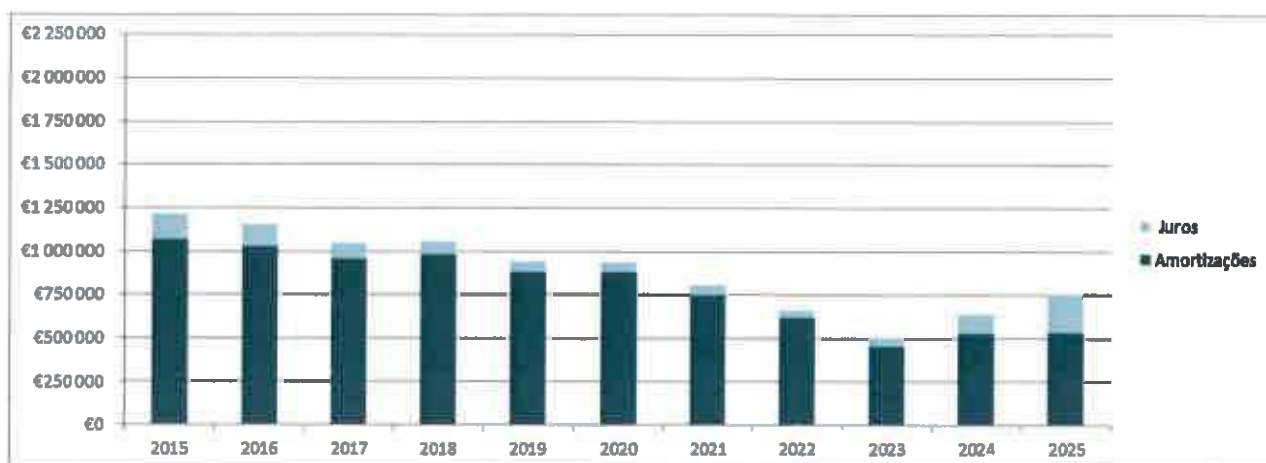


Gráfico n.º 9- Evolução dos empréstimos de médio e longo prazo

As amortizações do capital contratados dos empréstimos representam 77,89% do serviço da dívida. Por outro lado, o serviço da dívida de médio e longo prazo representa apenas 3,19% da Despesa, sendo que as amortizações têm um peso de 2,49% na Despesa, verificou-se ainda em 2025 por força do aumento da taxa de juro, um incremento dos juros a suportar, representando 22,11% do serviço da dívida.

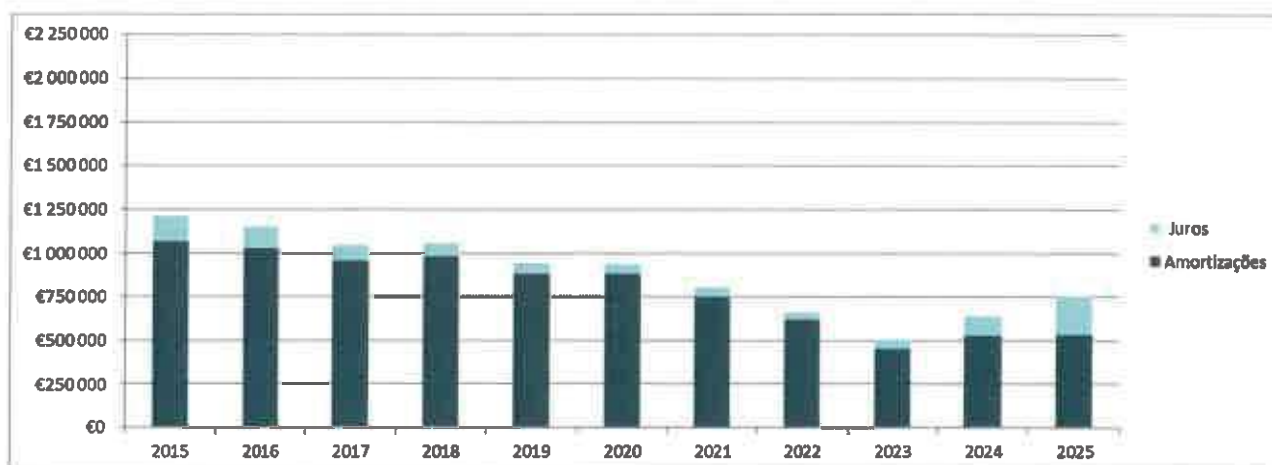


Gráfico n.º 10 - Evolução do serviço da dívida

Nos termos da Lei de Orçamento de Estado para 2025 (artigo 129.º), a redução dos pagamentos em atraso nas autarquias locais tem de ser aferida pelos parâmetros:

1. Até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 /prct. dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2024, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.

2. Acresce ao número anterior que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Em resumo:

Pagamentos em atraso		Verificação dos Limites	
2014	1 090 848,13 €	Pag atraso Set -24	129 621,85 €
2015	556 395,64 €	1. 10% Pag atraso Set- 24	12 962,19 €
2016	394 665,50 €	2. limite máximo pag atraso	116 659,67 €
2017	333 597,49 €	Pag atraso Dez-2025	101 150,81 €
2018	287 814,88 €	3. Redução adicional (margem)	15 508,86 €
2019	248 211,62 €		
2020	201 618,04 €		
2021	183 115,12 €		
2022	170 963,14 €		
2023	135 545,60 €		
set/24	129 621,85 €		
2024	105 328,01 €		
2025	101 150,81 €		
redução set/2024 -	28 471,04 €		

DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

(Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal a partir de 2014, que é o de dívida total de operações orçamentais. O limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O limite da dívida total para 2025, nos termos do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI é calculado então da seguinte forma:

Receita Corrente líquida 2022	Receita Corrente líquida 2023	Receita Corrente líquida 2024	Média (2022,2023,2024)	Limite (2025) = 1,5 * Média (2022,2023,2024)
12 572 219,00 €	13 831 460,00 €	15 108 242,00 €	13 837 307,00 €	20 755 960,50 €

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de Instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, com as exceções previstas na Lei:

Calculo da Dívida Total

Município (art 52 do RFALEI)	2025
Dívida de balanço	13 116 043,00
OT	545 472,53
total (1)	12 570 570,47

Entidades Participadas (art 54 do RFALEI)

Entidades Intermunicipais, Associações de Municípios, etc (2)	743 643,24
---	------------

Dívida Total (1)+(2)	13 314 213,71
Limite	20 755 960,50

Margem de endividamento	7 441 746,79
--------------------------------	---------------------

Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

O Município de Melgaço, por deliberação da Assembleia Municipal, de 28-09-2012 aderiu ao PAEL, no âmbito do Programa II, criado pela Lei 43/2012 de 28 de agosto e Portaria 281-A/2012 de 14 de setembro, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de março de 2012.

O contrato de empréstimo relativo ao PAEL outorgado em 16/11/2012, com um aditamento em 05/02/2013 fixando o seu valor em 2.130.366,25 €, foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 03/04/2013.

O valor utilizado do empréstimo, contudo situou-se em 2.105.126,00 €, sendo que a primeira tranche no valor de 1.491.256,38 € foi recebida em 24/04/2013 e a segunda tranche no valor de 613.869,62 € foi recebida em 09/09/2013.

A diferença resulta na impossibilidade de efetuar o pagamento a alguns fornecedores, apesar das diligências dos serviços municipais, por razões não imputáveis ao Município, a saber:

- Cessação de atividade de alguns fornecedores em sede de IRS, IVA e IRC, sem que tenham acautelado a situação de créditos pendentes nas escrituras de dissolução de sociedade ou então este documento não foi enviado ao Município;

- Falecimento de um prestador de serviços cuja habilitação de herdeiros não menciona a dívida.

De forma a pôr fim a este valor cativo, o Município de Melgaço encetou diligências com o consultor jurídico, a saber:

- Anulação das dívidas das entidades que cessaram atividade, igualmente a anulação da dívida do fornecedor que faleceu;

- Devolução do valor restante ao Pael, 6.473,94€, sendo assim deduzido o valor como amortização parcial de capital da 2ª Tranche do empréstimo.

Tendo-se efetuado a primeira amortização deste empréstimo ainda em 2013, apresenta-se um resumo da sua evolução:

	Capital em dívida	amortização	Juros	taxa
2013	2 029 942,92 €	75 183,08 €	21 951,99 €	2,60%
2014	1 879 576,76 €	150 366,16 €	48 160,01 €	2,19%
2015	1 729 210,60 €	150 366,16 €	44 524,74 €	2,19%
2016	1 578 844,44 €	150 366,16 €	41 003,99 €	2,19%
2017	1 429 094,86 €	149 749,58 €	37 093,74 €	2,19%
2018	1 272 871,34 €	156 223,52 €	33 453,72 €	2,19%
2019	1 123 121,76 €	149 749,58 €	29 836,30 €	2,19%
2020	973 372,18 €	149 749,58 €	26 293,19 €	2,19%
2021	823 622,60 €	149 749,58 €	22 601,45 €	2,19%
2022	673 873,02 €	149 749,58 €	18 984,02 €	2,19%
2023	524 123,44 €	149 749,58 €	15 366,61 €	2,19%
2024	374 373,86 €	149 749,58 €	11 783,87 €	2,19%
2025	224 624,28 €	149 749,58 €	8 131,76 €	2,19%

Por despacho conjunto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Secretário de Estado do Tesouro, assinado em 25 de julho sobre a suspensão da aplicação dos planos de ajustamento financeiro e das suas obrigações, nos termos do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, o qual determinou a suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro e das suas obrigações do Município de Melgaço.

2. ANÁLISE FINANCEIRA

No âmbito da transição para o SNC-AP, os objetivos de relato financeiro passam sobretudo por fornecer informação fidedigna e transparente da prestação de contas. As demonstrações foram preparadas na base do acréscimo, de acordo com a Estrutura conceptual e normas do SNC-AP.

Neste seguimento fazemos uma breve análise do Balanço e Demonstração de resultados.

Balanço

Em 2025 o ativo do Município atingiu o montante de **116.235.785,21€**, tendo registado um aumento em relação ao ano anterior de 1,09%.

Evolução do Ativo

Componentes do Ativo	2025	2024	Evolução 2025/2024
Ativos fixos tangíveis	97 089 486,75	94 388 908,09	2,86%
Ativos Intangíveis	162 732,21	66 305,06	145,43%
Propriedades de Investimento	984 101,81	1 027 712,99	-4,24%
Participações financeiras	13 535 538,27	13 935 116,87	-2,87%
Devedores p/ empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	11 896,69	11 896,69	0,00%
Outras contas a receber	66 385,10		100,00%
Ativo não corrente	111 850 140,83	109 429 939,70	2,21%
Inventários	272 336,99	220 665,12	23,42%
Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis			0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	509 704,52	356 171,23	43,11%
Estado e outros entes público	23 086,40	17 422,20	100,00%
Outras contas a receber	2 696 823,15	3 454 757,45	-21,94%
Diferimentos		1 499,59	-100,00%
Caixa e Depósitos	883 693,32	1 498 963,15	-41,05%
Ativo corrente	4 385 644,38	5 549 478,74	-20,97%
Total do ativo	116 235 785,21	114 979 418,44	1,09%

Os ativos fixos tangíveis representam 83,53% do total do ativo e registaram uma subida cerca de 2,86% face a 2024, sendo que no ano de 2023 foi efetuada uma avaliação dos bens de domínio público e que resultou num aumento dos ativos em cerca de 33 milhões de euros.

Em relação ao passivo, o Município de Melgaço fechou o ano com um valor de 29.409.031,44€ sendo constituído em 58,64% por passivo não corrente e em 41,36% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

Evolução Passivo

Componentes do Passivo	2025	2024	Evolução 2025/2024
Provisões	163 479,77		100,00%
Financiamentos obtidos	4 496 354,06	5 042 460,91	-10,83%
Diferimentos	12 130 479,00	12 227 727,92	-0,80%
Outras contas a pagar	454 797,83	430 084,26	5,75%
Passivo não corrente	17 245 110,66	17 700 273,09	-2,57%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	152 033,12	221 660,93	-31,41%
Fornecedores	4 010 046,77	4 479 470,44	-10,48%
Estado e outros entes públicos	88 952,98	76 319,61	16,55%
Financiamentos obtidos	593 976,64	584 115,58	1,69%
Fornecedores de Investimento	5 309 169,70	866 618,43	512,63%
Outras contas a pagar	1 653 238,24	1 579 204,83	4,69%
Diferimentos	356 503,33	484 886,92	-26,48%
Passivo corrente	12 163 920,78	8 292 276,74	46,69%
Total do Passivo	29 409 031,44	25 992 549,83	13,14%

Comparando com o ano anterior, o total do passivo teve uma variação positiva de 13,14% que resulta da essencialmente dos diferimentos de rendimentos com contraprestação, nomeadamente do reconhecimento do valor recebido das candidaturas em vigor.

De salientar, que a rubrica de fornecedores de investimento tem um aumento de 514%, em relação ao ano anterior. Esta situação, é essencialmente provocada pelas faturas avultadas relacionadas com empreitadas candidatas a fundos comunitários, nomeadamente ao PRR.

Merecem destaque dois aspetos que pressionam fortemente a dimensão extraordinária do passivo no exercício do qual agora se presta contas.

Por um lado, o Programa Operacional Regional do Norte, exerceu uma grande pressão para a necessidade de acelerar a execução financeira do NORTE 2030, tendo adotado medidas nesse sentido. O Município de Melgaço procurou, no sentido de garantir a sua contribuição para a consecução das metas, adotar medidas para incrementar a execução financeira, tendo, designadamente, recorrido à concessão de adiantamentos nos termos legalmente aplicáveis aos empreiteiros. Contudo, houve casos em que a AG NORTE 2030 apenas pagou esses adiantamentos em 2026, não obstante a tempestiva e completa apresentação dos pedidos de pagamento. Esta falta de pagamento atempada por parte do NORTE 2030 aos seus beneficiários, apesar da enorme pressão exercida para executar, acabou por ter um efeito fortemente negativo no passivo de curto prazo (contas a pagar a fornecedores), cifrando-se acima dos 800.000,00 Euros.

Por outro lado, e com um peso substancialmente superior, a falta de atempado pagamento, por parte da CCDR-N (Beneficiário Intermediário), das faturas que lhe foram apresentadas a pagamento no âmbito do projeto n.º 87 (Requalificação da Zona Industrial de Penso), teve um impacto muito próximo dos 3,3 Milhões de Euros.

Ou seja, estes dois acontecimentos em conjunto, representam um impacto superior a 4M€ no passivo corrente do Município. Allás, não obstante as contas refletirem de forma verdadeira e adequada a realidade à data de encerramento do exercício, como não pode deixar de ser, é importante notar que, na presente data, o impacto de 4M€ atrás mencionado está já fortemente mitigado para menos de ¼ do valor.

Demonstração dos Resultados

Consequência do incremento no Património dos Bens de Domínio público no ano de 2023, o resultado líquido do Município passa de um resultado positivo em anos anteriores para um resultado negativo no ano de 2024 e seguintes, pelo que no presente ano de 2025, o resultado líquido apresentado é de - 2.480.180,01€. Este resultado negativo irá verificar-se ao longos dos anos em função das depreciações dos ativos incorporados no Património.

De referir que analisando o EBITDA (Resultado antes de depreciações e gastos financeiros), ou seja, o resultado de exploração, o valor apresentado é de 2.594.505,36€.

Os rendimentos em 2025 foram de 19.802.928,43€ para um nível de gastos sem depreciações de 17.759.573,21€. Os rendimentos tiveram um aumento de 12,51% e os gastos exceto depreciações tiveram igualmente um aumento de 19,89% comparativamente a 2024.

Evolução dos gastos

Gastos	2025	2024	Evolução 2025/2024
Gastos com pessoal	7 109 734,27	6 701 127,13	6,10%
Transferências e subsídios Concedidos	3 177 050,18	2 660 396,31	19,42%
FSE	5 179 636,35	4 245 199,59	22,01%
CMVMC	353 376,74	407 169,50	-13,21%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3 637,59	4 457,08	0,00%
Depreciações	4 523 535,23	4 611 264,78	-1,90%
Provisões	1 000,00	0,00	100,00%
Gastos imputados a entidades controladas	427 486,24	0,00	100,00%
Outros gastos	956 501,70	548 986,68	100,00%
Juros e gastos similares	551 150,14	245 530,19	124,47%
Total dos Gastos	22 283 108,44	19 424 131,26	14,72%

Os gastos com pessoal tiveram um aumento de 6,10%, este aumento deveu-se essencialmente a atualizações de posições remuneratórias e aumento do salário mínimo. As despesas com o pessoal representaram cerca de 32% do total dos gastos.

Há semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (22,01%) e os gastos com o pessoal (32%). De salientar o aumento das transferências e subsídios concedidos em cerca de 19,42%.

Do total de proveitos do município, as rubricas mais representativas são as transferências e subsídios obtidos representando 52,78%, os outros rendimentos que representam 20,10%, os impostos e taxas que representam 10,62% e as prestações de serviços e concessões que representam 13,01% do total dos proveitos.

Evolução dos Proveitos

Proveitos	2025	2024	Evolução 2025/2024
Vendas	691 771,37	666 172,87	3,84%
Prestações de serviços e concessões	2 576 845,02	2 716 924,73	-5,16%
Impostos, contribuições e taxas	2 102 362,07	2 229 093,84	-5,69%
Rendimentos imputados a entidades controladas	0,00	195 117,60	-100,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	10 451 957,54	9 215 798,38	13,41%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	
Outros rendimentos	3 979 992,43	2 577 872,74	54,39%
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00%
Total dos Proveitos	19 802 928,43	17 600 980,16	12,51%

3. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A análise efetuada no presente relatório foi elaborada nos termos do DL nº 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), cumprindo o preceituado na NCP 27 que estabelece “a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação”.

A Contabilidade de Gestão é um instrumento de gestão que permite desagregar os custos por Bens, Serviços e Funções, e, como tal, complementa a Contabilidade Orçamental (na ótica da despesa e da receita) e a Contabilidade Patrimonial (alterações na composição ou valor do património) e apura resultados mensais.

O principal objetivo da contabilidade de gestão é contribuir para o desenvolvimento de um processo de harmonização contabilística, de transparência, economia, eficiência e eficácia na gestão da Administração Pública. Permitindo auxiliar a boa gestão dos recursos públicos, no processo de tomada de decisão e melhoria do desempenho organizacional.

Em termos funcionais, os principais objetivos da Contabilidade de Gestão, nas Autarquias Locais são:

- ✓ Delimitar o custo das atividades e projetos municipais (custos por funções);
- ✓ Quantificar os custos dos serviços prestados e bens vendidos pelo Município;
- ✓ Determinar os custos das intervenções por administração direta, de forma a calcular, com rigor, os trabalhos para a própria entidade;
- ✓ Quantificar o custo das transferências para entidades terceiras (em valor e em espécie);
- ✓ Delimitar o custo com máquinas e viaturas (cálculo do custo hora/máquina e custo km/viatura);
- ✓ Controlar os stocks de mercadorias e outros materiais em armazém, bem como calcular o custo das mercadorias e matérias consumidas.

O objetivo final, da Contabilidade de Gestão, é o apuramento do custo de cada função e de cada serviço prestado.

O apuramento dos custos dos Bens, Serviços e Funções, corresponde ao apuramento dos custos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira.

Os dados relativos à contabilidade de custos, no Município de Melgaço, são obtidos automaticamente a partir da contabilidade financeira, quer diretamente quer por integração dos módulos de faturação, gestão de stocks, obras por administração direta, sistema de gestão do pessoal e património.

Esta variante da contabilidade distingue-se das demais (patrimonial e orçamental), porque o seu foco reside no registo e controlo de todos os movimentos internos, enquanto as restantes têm por objeto o registo das relações do Município com o exterior.

O ano de 2025, marcou o quarto ano da implementação da Contabilidade de Custos, no Município de Melgaço.

Sendo que, em relação ao ano de 2024, houve o lançamento das Idênticas folhas de horas, mantendo-se a opção pela imputação automática das equipas de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos.

Tais fatos têm três justificações:

- Substituição da entrega das folhas de registo diários pelos serviços responsáveis, pelos registos diários de tarefas executas, a retirar do programa NAVIA;
- Escassez de meios humanos, que garantam os respetivos lançamentos no programa OAD (Obras por Administração Direta).

Mantendo a grande melhoria, do ano de 2024, continuamos, em 2025, com o lançamento dos registos diários do trabalho efetuado na Oficina do Município, o que permite o apuramento dos custos das viaturas municipais, com maior aproximação à realidade.

A equipa das vias, em 2024, apenas foi lançada até ano mês de agosto, enquanto, em 2025, não foi lançada, por insuficiência de meios humanos, que garantam os respetivos lançamentos no programa OAD (Obras por Administração Direta).

Os critérios de imputação utilizados em 2025, tal como nos anos anteriores, visaram a distribuição de todos os gastos a bens ou serviços, ou, nos casos em que tal não se aplica, à função.

Como gastos imputados diretamente à função, ou seja, custos que não nos foi possível imputar diretamente a alguns bens ou serviços, temos, alguns custos com vencimentos, a Caixa Geral de Aposentações e a Taxa Social Única (Segurança Social), assim como o Seguro de Acidentes de Trabalho e senhas de presença.

Temos, ainda, alguns custos correntes de funcionamento diretamente imputados às funções, a grande maioria à função 111, a título de exemplo, encontram-se: as despesas com assessoria jurídica; Revisão Oficial de Contas; publicações do Diário da República (sempre que não se identifique o bem ou serviço a que se consiga imputar diretamente); comunicações (fixas, móveis e internet); Seguro de Responsabilidade Civil (com exceção da apólice de Responsabilidade Ambiental, imputada diretamente ao Centro de Compostagem de Penso); Seguros de Acidentes Pessoais (com exceção das apólices dos Bombeiros e da CPCJ, que foram imputadas diretamente aos serviços respetivos); softwares informáticos AIRC (SNC_AP, SGP, SGA, GES, MGD, SCE, SGF, OAD, TAX); despesas com parque de Impressão, até maio, momento a partir do qual foram identificados os valores a imputar a cada serviço e, conseqüentemente, a cada edifício, apenas lançados da Função 111, a partir de junho, a despesas das fotocopiadoras da DGM, da DDEC, GAP e Gabinete de Imagem.

Representam, ainda, um peso algo significativo para o aumento dos custos por função, os Custos das Amortizações dos bens, móveis e imóveis, do Município.

Não existem gastos indiretos a funções, dado que, todos os gastos foram imputados diretamente a bens, serviços, ou à função a que dizem respeito (indiretamente a bens ou serviços).

Não foram, ainda, definidos centros de custos.

Os custos não incorporáveis exibidos referem-se a regularizações financeiras e contabilísticas, bem como custos referentes a anos anteriores e juros de mora.

Quanto aos rendimentos, de igual modo, foram distribuídos diretamente pelas funções às quais dizem respeito, através da imputação direta aos respetivos bens e serviços, exceto os não incorporados (a título de exemplo: regularizações de exercícios anteriores, correções, FEF, transferências FEDER e rendas de concessão).

Todos os dados apresentados foram retirados do software Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública SNCAP), módulo da Contabilidade de Gestão.

Seguidamente apresenta-se uma análise, de forma comparativa, entre as várias Funções, de modo a apresentar a Importância, absoluta e comparativa, que cada uma das funções tem, na distribuição dos gastos Municipais.

Gastos por Classificação Funcional

A classificação funcional é repartida por quatro grupos de funções principais: funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções.

Nestas funções principais, o plano apresenta diversas subfunções que podem ser utilizadas, ou não, consoante as necessidades dos municípios.

A tabela que se segue, de gastos por funções, é uma ferramenta utilizada para categorizar e entender os custos associados a diferentes áreas, ou funções, dentro de cada organização, nomeadamente do município.

A apresentação dos valores por funções, vai permitir uma análise mais detalhada dos gastos e receitas e pode ajudar na alocação de recursos, de forma mais eficiente.

Segue-se a tabela com o detalhe dos valores dos gastos, direta e indiretamente repartidos pelos bens e serviços, respetiva receita associada e, conseqüentemente, resultado apurado.

	Custos				Proveitos	Resultado
	Custos directos a bem ou serviço	Custos indirectos a bens e serviços	Total Custos directos à função	Total		
1 Funções Gerais	1 885 479,96 €	9 263 504,83 €	11 148 984,79 €	11 148 984,79 €	77 608,94 €	-10 371 375,85 €
111 Administração geral	1 448 933,55 €	9 263 579,80 €	10 712 513,35 €	10 712 513,35 €	34 423,17 €	-4 677 060,18 €
121 Protecção civil e luta contra incêndios	436 545,41 €	125,03 €	436 670,44 €	436 670,44 €	-41 188,77 €	-383 454,67 €
3 Funções sociais	7 853 085,57 €	2 368 785,69 €	10 221 871,26 €	10 221 871,26 €	3 748 798,87 €	-6 473 072,39 €
210 Educação		56 891,41 €	56 891,41 €	56 891,41 €		-56 891,41 €
211 Ensino não superior	841 856,07 €	256 788,46 €	1 098 644,53 €	1 098 644,53 €	838 708,13 €	-161 756,40 €
212 Serviços auxiliares de ensino	600 493,06 €	97 816,79 €	698 309,85 €	698 309,85 €	333 110,78 €	-365 199,08 €
221 Serviços individuais de saúde	18 950,26 €	11 954,38 €	30 904,64 €	30 904,64 €	2 483,00 €	-28 421,64 €
231 Seguridade social		24 851,98 €	24 851,98 €	24 851,98 €		-24 851,98 €
232 Acção social	709 965,78 €	82 191,35 €	792 157,13 €	792 157,13 €	171 500,84 €	-620 656,29 €
241 Habitação	195 611,04 €	55 964,77 €	251 575,81 €	251 575,81 €	132 796,18 €	-118 789,62 €
242 Ordenamento do território	69 175,19 €	21 729,98 €	90 905,17 €	90 905,17 €	87 965,14 €	-2 940,03 €
243 Saneamento	544 657,69 €	685 681,39 €	1 230 339,08 €	1 230 339,08 €	680 137,16 €	-550 201,92 €
244 Abastecimento de água	492 940,37 €	979 159,14 €	1 472 099,51 €	1 472 099,51 €	582 590,89 €	-889 508,62 €
245 Resíduos sólidos	364 654,20 €	46 867,78 €	411 521,98 €	411 521,98 €	484 270,91 €	72 748,93 €
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	331 589,21 €	69 514,57 €	401 099,78 €	401 099,78 €	8 744,80 €	-392 354,98 €
251 Cultura	1 847 906,10 €	162 611,71 €	2 010 517,81 €	2 010 517,81 €	189 667,37 €	-1 820 850,44 €
252 Desporto, recreio e lazer	1 842 461,66 €	479 750,12 €	2 322 211,78 €	2 322 211,78 €	118 880,89 €	-2 199 328,79 €
253 Outras actividades cívicas e religiosas		13 009,92 €	13 009,92 €	13 009,92 €		-13 009,92 €
8 Funções económicas	752 622,06 €	1 901 284,35 €	2 653 906,41 €	2 653 906,41 €	125 090,96 €	-2 528 815,45 €
320 Indústria e energia	282 955,57 €	95 221,82 €	378 177,39 €	378 177,39 €	87 617,88 €	-290 559,51 €
331 Transportes rodoviários	142 236,76 €	1 790 074,35 €	1 932 311,11 €	1 932 311,11 €	8 317,00 €	-1 923 994,11 €
341 Mercados e feiras	38 880,75 €	38 219,52 €	77 100,27 €	77 100,27 €	28 349,81 €	-48 750,46 €
342 Turismo	226 471,49 €	13 780,20 €	240 251,69 €	240 251,69 €		-240 251,69 €
350 Outras funções económicas	62 077,89 €	83 982,46 €	146 060,35 €	146 060,35 €	32 500,30 €	-113 559,05 €
4 Outras funções	1 079 207,49 €	633,32 €	1 079 840,81 €	1 079 840,81 €	0,00 €	-1 079 840,81 €
410 Operações de dívida autónoma	179 936,41 €		179 936,41 €	179 936,41 €		-179 936,41 €
420 Transferências entre administrações	865 636,44 €		865 636,44 €	865 636,44 €		-865 636,44 €
490 Diversas não especificadas	33 634,64 €	633,32 €	34 267,96 €	34 267,96 €		-34 267,96 €
TOTAL	11 570 394,08 €	7 594 708,19 €	19 165 102,27 €	19 165 102,27 €	8 951 498,77 €	-15 158 108,50 €

Tabela – Gastos, Proveitos e Resultados por Classificação Funcional

De acordo com os valores apresentados na tabela procedeu-se a uma breve análise de cada uma das funções:

111 – Administração Geral – A Administração Geral abrange os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia, designadamente, os da área administrativa, financeira, tesouraria, património, jurídico, metrologia, arquivo municipal, segurança e higiene no trabalho.

Também se incluem as infraestruturas municipais, que pertencem aos serviços gerais da autarquia, quer sejam propriedade municipal ou espaços arrendados e/ou cedidos, excluindo-se os edifícios que tenham funções específicas.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
1 448 933,55 €	3 263 379,80 €	4 712 313,35 €	30,75%	69,25%	34 423,17 €	-4 677 890,18 €

Verifica-se que, 69,25% dos custos são indiretos a bens e serviços, por serem imputados diretamente à função, e 30,75% são custos diretos.

121 – Proteção civil e luta contra incêndios - abarcam os serviços vocacionados para a proteção civil, a prevenção e o combate a incêndios e o socorro às populações civis em caso de acidentes e de calamidades.

Incluem-se, também, as transferências efetuadas para os Bombeiros Voluntários de Melgaço e Federação dos Bombeiros Distritais, assim como as despesas dos sapedores florestais e do gabinete técnico florestal.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
438 545,41 €	125,03 €	438 670,44 €	99,97%	0,03%	43 185,77 €	-393 484,67 €

Verifica-se que, 99,97% dos custos são diretos a bens e serviços, e apenas 0,03% são custos indiretos a bens e serviços.

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, onde se pode verificar que 59,19% são gastos com os Bombeiros.

210 – Educação – Inclui gastos relacionados com a educação, nomeadamente recursos humanos e amortizações, imputadas diretamente à função, e, conseqüentemente, 100,00% indiretamente a bens e serviços.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
0,00 €	56 891,41 €	56 891,41 €	0,00%	100,00%	0,00 €	-56 891,41 €

211 – Ensino Não Superior – compreende os gastos inerentes a edifícios escolares (ensino pré-escolar, básico e secundário), bem como, os gastos com os recursos humanos e financeiros necessários ao normal funcionamento das atividades.

Inclui, também, despesas da ADEMINHO, assim como despesas suportadas com o arrendamento das instalações, à Santa Casa da Misericórdia de Melgaço e à APPACDM (educação especial).

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
841 686 07 €	258 788,46 €	1 098 474,53 €	76,62%	23,38%	938 708,13 €	-161 786,40 €

Verifica-se que, 76,62% dos custos são diretos a bens e serviços, e 23,38% são custos indiretos a bens e serviços, por serem imputados diretamente à função.

Os custos direitos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, sendo que, 52,62% são despesas da Escola EB 2/3/S Melgaço

212 – Serviços auxiliares de ensino - compreende os gastos com as atividades dos vários ciclos de ensino, no âmbito do FSM (Fundo Social Municipal) e FFD (Fundo de Financiamento de Descentralização – Educação, nomeadamente: serviços de alimentação escolar, leite escolar, transportes escolares, atividades de enriquecimento curricular, assim como atividades lúdico-pedagógicas.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
600 493,06 €	97 816,79 €	698 309,85 €	85,99%	14,01%	333 110,78 €	-365 199,09 €

Verifica-se que, 85,99% dos custos são direitos a bens e serviços, e 14,01% são custos indiretos a bens e serviços, por serem imputados diretamente à função.

Os custos direitos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, sendo que 61,47% das despesas são de Transportes Escolares.

221 – Serviços Individuais de Saúde – inclui gastos com a proteção dos colaboradores do Município nos domínios da promoção da saúde (ADSE), medicina no trabalho, Programa municipal de cuidados continuados e com o Centro de Saúde.

Incluem-se, também, as transferências efetuadas a entidades que promovam a saúde, nomeadamente Dignidade, no âmbito do programa ABEM.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
18 950,26 €	11 954,58 €	30 904,84 €	61,32%	38,68%	2 483,00 €	-28 421,84 €

Os custos direitos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, sendo que, 68,25% são gastos do Centro de Saúde.

231 - Segurança social - contém, apenas despesas coma CGA (Caixa Geral de Aposentações).

232 – Ação Social - engloba os gastos com os serviços de ação social e as prestações pecuniárias proporcionadas a beneficiários com necessidades especiais, no âmbito do PDSS, da CPCJ e do FFD (Fundo de Financiamento de Descentralização – Ação Social), abrangendo: Passeio Sénior, Atividades de animação com a população, Encontro Intercultural, Projeto Atividade e Olympic 4All.

Abarca, também, as transferências efetuadas a entidades que promovam a ação social.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
703 385,78 €	62 193,35 €	765 559,13 €	91,88%	8,12%	171 500,84 €	-594 058,29 €

Os custos direitos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Custos diretos a bem ou serviço		%
Act. A. Social - CPCJ - Serviço	10 553,68 €	1,50%
Act. A. Social - PDSS - Apoio a Famílias	169 390,64 €	24,08%
0291 Passeio Sénior	59 084,00 €	8,40%
Ação Social Actividades Diversas	1 087,56 €	0,15%
Ação Social Instalações	20 445,10 €	2,91%
Olympic 4All	7 884,53 €	1,12%
Atividades de animação com a população	4 487,90 €	0,64%
Projeto atividade	55 904,98 €	7,95%
Encontro Intercultural	691,30 €	0,10%
Centro Interparoquial e Social do Alto Mo	75 000,00 €	10,68%
Santa Casa da Misericórdia de Melgaço	200 000,00 €	28,43%
Associação Cultural e Social Dona Pater	98 856,09 €	14,05%
	703 365,78 €	100,00%

241 – Habitação - agrupa os gastos com a Estratégia Local de Habitação Social, assim como com as diversas Habitações Sociais do Município.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
195 611,04 €	55 964,77 €	251 575,81 €	77,75%	22,25%	132 788,19 €	-118 789,62 €

A grande maioria dos custos diretos a bens e serviços são da Estratégia Local Habitação Social, no valor de 187.344,10€.

242 – Ordenamento do Território - contém os gastos com o Planeamento e Urbanismo, PDM, BUPI, SIG (Sistema de Informação Geográfica), Reabilitação Urbana Castro Laboreiro, Plano de Urbanização da Zona Empresarial de Alvaredo e Plano de Pormenor da Zona das Carvalhiças.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
69 175,19 €	21 729,98 €	90 905,17 €	76,10%	23,90%	87 955,14 €	-2 950,03 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, sendo que, 47,55% são gastos do BUPI.

43 – Saneamento - reflete os gastos com a recuperação, conservação e funcionamento da rede de saneamento, incluindo Recolha e tratamento de efluentes e fossas séptica, Controlo Qualidade de Águas Residuais, Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARS), Estações Elevatórias (EE), Ramais e Coletores.

Compreende, também, despesas com o sistema de drenagem de Águas Pluviais.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
544 657,83 €	635 681,83 €	1 180 339,16 €	46,14%	53,86%	680 137,16 €	-490 202,01 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Custos diretos a bem ou serviço		%
Custos gerais de saneamento	112 603,19 €	20,67%
Recolha e tratamento de efluentes e fossas sépticas	258 486,96 €	47,46%
Controlo Qualidade de Águas Residuais	5 375,60 €	0,99%
Sistema de Drenagem Alvarado AP	3 616,79 €	0,66%
Sistema de Drenagem de Prado AP	1 097,14 €	0,20%
Sistema de Drenagem Paderna AP	917,56 €	0,17%
Sistema de Drenagem Penso AP	122,32 €	0,02%
Sistema de Drenagem Rousas AP	636,97 €	0,12%
Sistema de Drenagem Vila AP	431,38 €	0,08%
Sistema de Drenagem Várzea AP	806,91 €	0,15%
Sistema Drenagem Chavões AP	1 498,55 €	0,28%
Sistema Drenagem Castro Laboreiro AP	14,59 €	0,00%
Sistema Drenagem PAÇOS AP	398,73 €	0,07%
Sistema Drenagem Ramoães AP	7,16 €	0,00%
Sistema Drenagem S.Palo AP	1 393,24 €	0,26%
SAR Castro Laboreiro	3 455,65 €	0,63%
SAR Cela	4 167,18 €	0,78%
SAR Centro de Estágios	3 625,88 €	0,67%
SAR Chavões	7 938,78 €	1,46%
SAR Cossido	7 399,85 €	1,38%
SAR Cristóval	14 196,12 €	2,61%
SAR Flães	5 753,30 €	1,06%
SAR Geve	9 516,44 €	1,75%
SAR Lamas de Mouro	10 228,62 €	1,88%
SAR Paços	5 281,57 €	0,97%
SAR Parada do Morto	8 654,28 €	1,59%
SAR Penso	55 144,83 €	10,12%
SAR Ramoães	3 927,20 €	0,72%
SAR Rousas	5 996,28 €	1,10%
SAR S.Palo	765,88 €	0,14%
SAR Sears	102,30 €	0,02%
SAR Várzea Traveira	2 578,68 €	0,47%
SAR Vila	8 529,25 €	1,57%
SAR Várzea	0,83 €	0,00%
	544 867,83 €	100,00%

Analisados os custos diretos da tabela, consegue-se verificar que 47,46% são de Recolha e tratamento de efluentes e fossas sépticas, seguidos de 20,67% de Custos gerais de saneamento.

244 – Abastecimento de Água – reflete os gastos com a recuperação, conservação e funcionamento da rede de abastecimento de água, compreendendo: Controlo Qualidade Água para Consumo Humano, Captações, Reservatórios, Ramais, Reservatórios, Condutas Adutoras, Condutas Distribuição e Estações de Tratamento de Águas (ETAS).

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveltos	Resultado
492 940,37 €	379 159,14 €	872 099,51 €	56,52%	43,48%	582 550,69 €	-289 548,82 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Da tabela consegue-se retirar que 77,23% dos custos diretos estão classificados na rubrica residual, de Abastecimento de água do concelho, por não se conseguir desagregar por subsistema.

245 - Resíduos sólidos – compreendem os gastos com a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos, compreendendo: Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Recolha de Biorresíduos, Limpeza e desinfecção de Contentores, Limpeza Urbana e Centro de Compostagem Penso.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveltos	Resultado
384 654,20 €	48 867,78 €	411 521,98 €	88,61%	11,39%	494 270,81 €	82 748,83 €

Destaca-se a informação de ser a única função que apresenta um resultado positivo, no valor de 82 748,83 €.

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Custos diretos a bem ou serviço		%
RSU - Recolha Indiferenciada -	19 903,49	5,46%
RSU - Limpeza e desinfeção de Contentores	25 803,08	7,08%
RSU - Recolha Seletiva	27 629,56	7,58%
Trabalhos por conta de particulares RSU	38 390,72	10,53%
RSU- Limpeza Urbana	40 880,45	11,21%
Tratamento de RSU	206 586,09	56,65%
Centro de Compostagem Pensão serviço	3 437,29	0,94%
Recolha de Biorresíduos	2 020,37	0,55%
Contentores subterrâneos	3,15	0,00%
	364 654,20	100,00%

Da tabela consegue-se verificar que 56,65% dos custos direto da função são de Tratamento de RSU.

246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza – compreende a higiene pública (balneários, sanitários, fontanários e lavadouros), cemitério, espaços verdes, Parques Urbanos, Passadiços e Mobiliário Urbano, bem como a proteção, conservação e valorização do património natural (Apoio à Produção Agropecuária e serviços veterinários, Apoio ao Canil Intermunicipal, Erradicação espécies invasoras - Ludvision Minho e Condomínio de Aldeia

Incluem-se, também, as transferências efetuadas a entidades que promovam Proteção do meio ambiente e conservação da natureza, nomeadamente: à Rafeiro & Companhia- Ass. Protetora dos Animais e Ass. Desenv.Região PNP-G-Adere Peneda Gerês.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
331 583,21 €	69 514,57 €	401 097,78 €	82,67%	17,33%	8 744,80 €	-392 352,98 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Custos diretos a bem ou serviço		%
Apoio à Produção Agró-Pecuária	64 625,50 €	19,49%
Apoio ao Canil Intermunicipal	6 738,10 €	2,03%
Cemitério	15 343,55 €	4,83%
Erradicação espécies invasoras - Ludv	39 028,68 €	11,77%
Espaços verdes do Concelho	118 358,10 €	35,69%
Fontanários	1 927,75 €	0,58%
Melhoria das condições visita,ção no F	27 620,83 €	8,33%
Parques Urbanos Passadiços e Mobil	8 637,92 €	2,61%
Projeto Raia Termal	13 223,61 €	3,99%
Reabilitação Troço do Rio Mouro	90,06 €	0,03%
Serviços de veterinário	16 468,45 €	4,97%
Sanitários e Balneários	19 520,66 €	5,89%
	331 583,21 €	100,00%

251 – Cultura – inclui os gastos com os diversos espaços Museológicos, Bibliotecas (Casa da Cultura e Castro Laboreiro), Solar do Alvarinho, Festas do Alvarinho e do Espumante, Melgaço em Festa, All Music Fest, Noite dos Medos, Feira de Nanterre, Entrudo, Marchas de S. João, bem como a organização ou apoio de atos culturais.

Incluem-se as participações a organizações promotoras de atividades culturais, nomeadamente: Associação Recreativa Os Jovens Raianos, Rancho Folclórico Casa do Povo Barbeita Casa do Povo de Melgaço, Confraria do Vinho Verde, Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, Fabrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Alvaredo (“Alvaredo Music Fest”), Associação Desportiva-Cultural, Caça e Pesca de Castro Laboreiro, Paróquia de Melgaco - Sta Maria da Porta (Obras de conservação e restauro do Convento das Carvalhiças) e Associação dos pescadores do Rio Minho.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
1 847 506,10 €	162 611,31 €	2 010 117,41 €	91,91%	8,09%	189 667,37 €	-1 820 450,04 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Custos diretos a bem ou serviço	%
AO NORTE -Assoc. de Produção e Animação /	6,22%
Biblioteca Castro Laboreiro	0,71%
Casa da Cultura	7,15%
Dinamização de Aldeias	0,11%
Entrudo	0,97%
Espaço Memória e Fronteira	2,68%
Feira de Nantarre	0,65%
Festa do Alvarinho	23,60%
Festa do Espumante	12,83%
Festa Sr.ª da Orada	0,14%
Fosso Medieval	0,05%
Fundação Serralves	1,35%
Marchas de S. João	1,28%
Melgaço em Festa	16,38%
Museu do Cinema e Arquivo-	1,87%
Noite dos Medos	1,32%
Núcleo Museológico - Freg. Castro Laboreiro	3,88%
Núcleo Museológico - Freguesia da Vila	0,04%
Outras Atividades Culturais	2,60%
Porta de Lamas de Mouro	4,94%
Programação de Natal	0,17%
Quem somos os que aqui estamos	1,57%
Rota do Alvarinho	0,01%
Solar do Alvarinho	8,50%
Torre de Menagem	0,44%
Valorização de Recursos Culturais de Melgaço	0,72%
1 847 506,10	100,00%

252 - Desporto, recreio e lazer – compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer (piscina municipal, parques infantis, polidesportivos, campos de futebol, parque radical e geriátrico e rede de trilhos).

Incluem-se as transferências/despesas efetuadas para serem usufruídas pelos alunos do IPVC, nomeadamente aluguer de instalações/equipamentos desportivos, assim como despesas com a Residência Estudantil (antiga escola de Prado) e Pousada da Juventude.

Incluem-se, também, os apoios e participações a organizações promotoras de atividades desportivas, nomeadamente Melgaço em Patins, Melsport, A Batela - Associação Cultural de Alvaredo, Sport Clube Melgacense, CPCL-Club de Petanca de Castro Laboreiro, NORMADBIKE-ASSOCIAÇÃO (BTT), ACM- Associação de Ciclismo do Minho.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
1 842 482,66 €	473 750,12 €	2 316 212,78 €	79,65%	20,45%	118 883,99 €	-2 197 328,79 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo:

Custos diretos a bem ou serviço	%
BTT	0,38%
Centro de Estágios/Melsport	38,69%
Ciclismo	2,71%
Granfondo	1,77%
IPVC	18,83%
Melgaço Alvarinho Trail	0,00%
Outras Atividades Desportivas	0,02%
Parque de Lazer das Veigas	0,02%
Parque Infantil	0,00%
Parque Radical do Rio do Porto	0,07%
Piscina Municipal Coberta	3,08%
Pousada da Juventude	30,74%
Rede Municipal de Trilhos Pedestres e Cicláveis	0,66%
Sport Clube Melgacense	3,00%
1 842 482,66 €	100,00%

320 – Indústria e Energia – abrangem os gastos com a construção, manutenção e modernização das Zonas Industrial e Empresariais bem como a iluminação pública e Estratégia de Promoção e Captação de Investimento.

Engloba, também, algumas despesas com encargos de iluminação, dado ainda não se conseguir imputar algumas dessas despesas aos respetivos locais de consumo, embora já tenha havido uma grande melhoria, relativamente ao ano de 2024.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
282 953,37 €	35 223,82 €	318 177,19 €	88,93%	11,07%	57 617,85 €	-260 559,34 €

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, do quais 92,73% correspondem a Iluminação Pública.

331 – Transportes rodoviários – compreende os gastos com a construção, conservação e limpeza de arruamentos, vias e sinalização, assim como Contraordenações rodoviárias e Projeto Piloto Rede Gov Minho.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
142 236,76 €	1 730 078,35 €	1 872 315,11 €	7,60%	92,40%	6 317,00 €	-1 865 998,11 €

A grande maioria dos custos reportados nesta função são custos indiretos a bens e serviços (92,40%), dos quais, 99,02% correspondem a amortizações, conforme tabela:

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo, onde se pode verificar que 46,68% dos gastos correspondem a Estradas Municipais Secundárias, 23,46% a Estradas Municipais Principais e 12,84% a Ar. Urbanos da Vila de Melgaço:

341 – Mercados e Feiras – compreendem os gastos com a conservação e dinamização do Mercado Municipal e da Feira Semanal.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
38 880,75 €	38 219,52 €	77 100,27 €	50,43%	49,57%	28 349,81 €	-48 750,46 €

A totalidade dos custos indiretos a bens e serviços correspondem a amortizações.

Os custos diretos a bens e serviços foram repartidos do seguinte modo; onde se verifica que 78,98% correspondem a gastos do Mercado Municipal.

342 – Turismo - compreende os gastos com a promoção e divulgação do território e do Turismo, incluindo a Loja Interativa do Turismo e, Villeparisis, Observatório Turístico de Melgaço e Fonte Termal.

Abrange, também, apoios, participações e quotas a particularmente: o Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e Clube de Veículos Antigos de Melgaço.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
226 473,49 €	13 780,20 €	240 253,69 €	94,26%	5,74%	0,00 €	-240 253,69 €

A maioria dos gastos são custos diretos a bens e serviços (94,26%), tendo sido repartidos seguinte modo, onde se pode verificar que a maioria dos custos diretos são de Promoção e Divulgação do Território (79,25%).

A maior parte dos custos diretos a bens e serviços são de amortizações (12 280,20€), o equivalente a 89,11%.

350 – Outras Funções Económicas - inclui os gastos com atividades e espaços que promovam outras funções económicas, nomeadamente, Centro Coordenador de Transportes, Bares arrendados, Melgaço tem Pop-Up, Serviço de Apoio ao Migrante e Espaço Maker.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
62 077,69 €	83 982,46 €	146 060,15 €	42,50%	57,50%	32 806,30 €	-113 253,85 €

A maioria dos gastos são custos indiretos a bens e serviços 57,50%.

Os custos diretos a bens e serviços (42,50%) foram repartidos seguinte modo, onde se pode verificar que predominam as despesas com o Serviço de Apoio ao Migrante (42,52%) e Outras Funções Económicas (41,36%).

410 – Operações da Dívida Autárquica - respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras, incluindo concessão de empréstimos e serviços bancários.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
	179 936,41 €	179 936,41 €	100,00%	0,00%	0,00 €	-179 936,41 €

A totalidade dos gastos da função são indiretos a bens e serviços.

420 – Transferência entre administrações – inclui as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional e outras instituições sem fins lucrativos não enquadradas em nenhuma das funções anteriores.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
865 636,44 €	0,00 €	865 636,44 €	100,00%	0,00%	0,00 €	-865 636,44 €

A totalidade dos gastos são custos diretos a bens e serviços, tendo sido repartidos seguinte modo, onde se pode verificar que se destacam os 24,62% dos gastos de Apoio Junta de Freguesia Paderne e 19,76% de Apoio União de Freguesias Chaviães e Paços.

Salienta-se que os valores apurados se referem a transferências, não só em valor monetário, mas, também, em espécie.

430 – Diversas não especificadas – tratando-se de uma rubrica de carácter residual engloba os gastos não enquadráveis nas anteriores rubricas, nomeadamente o parque de máquinas e da frota municipal.

Custos diretos a bem ou serviço	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	% custos diretos	% custos indiretos	Proveitos	Resultado
33 634,64 €	633,32 €	34 267,96 €	98,15%	1,85%	0,00 €	-34 267,96 €

Após a análise individualizada de cada função, no ano de 2025, passaremos a uma análise, em termos comparativos, do biénio 2024/2025.

A tabela que se segue, comporta os valores de 2024 e 2025, para que possamos observar, não só a importância de cada uma das funções isoladamente, mas, também, para que seja possível verificar a

evolução dos custos no biénio 2024-2025, permitindo, deste modo, tecer comparações, com a particularidade de incluir, também, o valor da receita de cada uma das funções, assim como o respetivo resultado apurado.

	2024		2025		Variação Custos 2024/2025				
	Custos Totais	%	Total Custos	%	Proveitos	Resultado	Valor	%	
1	Funções Gerais	4 308 168,62 €	24,92%	5 148 983,79 €	26,95%	77 508,34 €	-3 071 374,85 €	840 815,17 €	4,86%
111	Administração geral	3 869 976,52 €	22,39%	4 712 313,95 €	24,67%	34 423,17 €	-4 677 890,18 €	848 936,69 €	4,91%
121	Incêndios	444 792,10 €	2,57%	436 670,44 €	2,29%	43 185,77 €	-393 484,67 €	-8 121,66 €	-0,05%
2	Funções sociais	8 970 204,26 €	51,88%	10 221 871,26 €	53,50%	3 748 798,87 €	-6 473 072,39 €	1 251 667,00 €	7,24%
210	Educação	39 571,59 €	0,23%	56 891,41 €	0,30%	0,00 €	-56 891,41 €	17 319,12 €	0,10%
211	Ensino não superior	1 139 849,16 €	6,59%	1 098 474,31 €	5,75%	936 708,13 €	-161 766,40 €	-41 374,63 €	-0,24%
212	Serviços auxiliares de ensino	658 682,77 €	3,81%	698 309,95 €	3,66%	333 110,76 €	-365 199,09 €	39 627,08 €	0,23%
221	Serviços individuais de saúde	39 607,68 €	0,23%	30 904,34 €	0,16%	2 483,00 €	-28 421,84 €	-8 702,84 €	-0,05%
231	Segurança social	0,00 €	0,00%	24 851,98 €	0,13%	0,00 €	-24 851,98 €	24 851,98 €	0,14%
232	Ação social	376 660,61 €	2,18%	765 550,13 €	4,01%	171 500,54 €	-594 050,19 €	388 891,51 €	2,25%
241	Habituação	68 119,81 €	0,39%	251 575,21 €	1,32%	132 796,19 €	-118 788,62 €	183 455,98 €	1,06%
242	Ordenamento do território	68 199,32 €	0,39%	90 905,17 €	0,48%	87 955,14 €	-2 950,03 €	22 705,85 €	0,13%
243	Saneamento	1 226 438,80 €	7,09%	1 180 399,16 €	6,18%	690 137,15 €	-490 202,01 €	-46 099,33 €	-0,27%
244	Abastecimento de água	907 577,19 €	5,25%	872 099,51 €	4,56%	582 550,69 €	-289 548,83 €	-35 477,68 €	-0,21%
245	Resíduos sólidos	1 124 748,11 €	6,51%	411 521,98 €	2,15%	494 270,11 €	82 748,83 €	-713 226,13 €	-4,15%
246	Proteção do meio ambiente e conservação	400 572,94 €	2,32%	401 097,78 €	2,10%	8 744,80 €	-392 352,98 €	524,84 €	0,00%
251	Cultura	1 750 546,67 €	10,13%	2 010 117,41 €	10,52%	189 667,37 €	-1 820 450,04 €	259 570,79 €	1,50%
252	Desporto, recreio e lazer	1 156 614,02 €	6,69%	2 316 211,78 €	12,12%	118 883,99 €	-2 197 327,79 €	1 159 598,76 €	6,71%
259	Outras atividades cívicas e culturais	13 009,92 €	0,08%	13 009,92 €	0,07%	0,00 €	-13 009,92 €	0,00 €	0,00%
3	Funções económicas	2 722 341,34 €	15,75%	2 653 906,41 €	13,89%	125 090,96 €	-2 528 815,45 €	-68 434,93 €	-1,00%
320	Indústria e energia	343 116,68 €	1,98%	318 177,19 €	1,67%	3,00 €	-318 177,19 €	-24 941,49 €	-0,14%
331	Transportes rodoviários	1 846 433,19 €	10,68%	1 872 315,11 €	9,80%	0,00 €	-1 872 315,11 €	25 881,92 €	0,15%
341	Mercados e feiras	70 700,84 €	0,41%	77 100,23 €	0,40%	28 349,81 €	-48 750,46 €	6 399,41 €	0,04%
342	Turismo	317 043,45 €	1,83%	240 259,69 €	1,26%	32 806,30 €	-207 447,39 €	-76 789,76 €	-0,44%
350	Outras funções económicas	145 045,18 €	0,84%	146 060,15 €	0,76%	0,00 €	-146 060,15 €	1 014,97 €	0,01%
4	Outras funções	1 286 900,36 €	7,45%	1 079 840,81 €	5,65%	0,00 €	-1 079 840,81 €	-207 059,55 €	-1,30%
410	Obras de obra de obra pública	246 818,00 €	1,43%	179 936,41 €	0,94%	0,00 €	-179 936,41 €	-66 881,59 €	-0,39%
420	Transferências entre municípios	1 005 205,94 €	5,81%	865 536,44 €	4,55%	0,00 €	-865 536,44 €	-139 569,50 €	-0,81%
430	Diversas não especificadas	34 876,42 €	0,20%	34 267,96 €	0,18%	0,00 €	-34 267,96 €	-608,46 €	0,00%
	TOTAL	17 287 614,58 €	100,00%	19 104 602,27 €	100,00%	3 951 498,77 €	-15 159 109,50 €	1 816 987,69 €	10,51%

Tabela – Gastos, Proveitos e Resultados por Classificação Funcional, do biénio 2024-2025

Do mesmo modo que os valores da tabela anterior comporta os valores de 2024 e 2025, para que possamos observar não só a importância de cada uma das funções isoladamente, mas para que seja possível verificar a evolução dos custos no biénio 2024-2025, permitindo, deste modo, tecer comparações, também, a seguinte tabela apresenta os valores do biénio:

Função	2024		2025		Variação Custos 2024/2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Funções Gerais	4 308 168,62 €	24,92%	5 148 983,79 €	26,95%	840 815,17 €	4,86%
Funções Sociais	8 970 204,26 €	51,88%	10 221 871,26 €	53,50%	1 251 667,00 €	7,24%
Funções Económicas	2 722 341,34 €	15,75%	2 653 906,41 €	13,89%	-68 434,93 €	-0,40%
Outras Funções	1 286 900,36 €	7,45%	1 079 840,81 €	5,65%	-207 059,55 €	-1,30%
TOTAL	17 287 614,58 €	100,00%	19 104 602,27 €	100,00%	1 816 987,69 €	10,51%

Função	Valor	%
Funções Gerais	4 308 168,62 €	24,92%
Funções Sociais	8 970 204,26 €	51,89%
Funções Económicas	2 722 341,34 €	15,75%
Outras Funções	1 286 900,36 €	7,44%
TOTAL	17 287 614,58 €	100,00%

Tabela – Gastos por funções no biénio 2024/2025

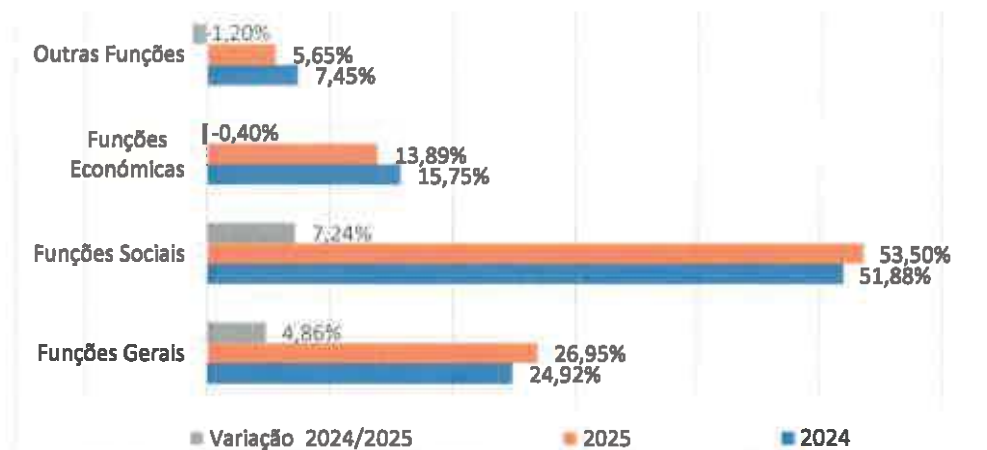


Gráfico – Percentagem dos Gastos por Classificação Funcional

De acordo com a informação apresentada, através de tabelas e gráficas, conclui-se que, tal como aconteceu em 2024, também em 2025 as funções sociais absorveram a maioria dos recursos municipais, com, aproximadamente, 53,50% dos gastos totais.

Observa-se a evolução das funções, de 2024 para 2025, continuando em destaque as funções sociais, seguidas das funções gerais, ambas com evolução positiva, de 7,24% e 4,86%, respetivamente. Seguem-se as funções económicas, com ligeiro decréscimo (-0,40%) e, como funções residuais, continuam as outras funções, com pequeno decréscimo (-1,20%).

Os proveitos e gastos municipais foram todos analisados pela Contabilidade de Gestão, contudo, e por se tratar do quarto ano de implementação da contabilidade de custos, o valor apresentado em gastos não incorporáveis (gastos respeitantes a operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas funções apresentadas, assim como gastos de exercícios anteriores e de correções) ainda equivale a 14,49% dos gastos totais do exercício.

Proveitos			Custos		
		%			%
Incorporados	3 951 498,77 €	19,90%	Incorporados	19 104 602,27 €	85,51%
Não Incorporados	15 910 151,28 €	80,10%	Não Incorporado	3 237 227,76 €	14,49%
Totals	19 861 650,05 €	100,00%	Totals	22 341 830,03 €	100,00%

Gastos/Proveitos Imputados e Gastos/Proveitos Não Incorporáveis Contabilidade de Gestão

Todos os gastos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis, com exceção dos gastos que o programa não permite reconciliar.

Os gastos não reconciliados, no valor de 25 978,65€, são os que constam nas contas patrimoniais 612101 (Custo das matérias-primas - Solar), 612301 (Sacos papel solar) 684203 (QUEBRAS Festa do Espumante) e 684299 (Quebras outras).

Relativamente aos proveitos, a grande percentagem de valor não incorporado (80,10%) justifica-se pela impossibilidade do programa em permitir o lançamento como indiretos a bens e serviços, ou seja, à respetiva função, contrariamente ao que acontece com os gastos.

Tal situação justifica os resultados negativos apurados na maioria das funções, conforme tabelas apresentadas.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido negativo do exercício no montante de **-2.480.180,01 €**, seja aplicado em Resultados transitados.